

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



BRASILIANAS

Os primeiros 12 ônibus elétricos estão rodando em 4 linhas

Tarifa técnica sobe 7,2% e GDF libera operação dos ônibus elétricos

O GDF reajustou a tarifa técnica da Piracicabana para R\$ 9,40, um aumento de R\$ 0,63 em relação aos R\$ 8,77 anteriores – o que representa cerca de 7,2% e supera o pleito inicial da empresa, que pedia 5,7%. A portaria com o ajuste foi assinada nesta quarta-feira (24) pela Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob) e encerra o impasse que mantinha parados os 90 ônibus elétricos apresentados em maio. Semana passada, “Brasilianas” revelou a que os ônibus estavam trancados nas garagens à espera desse ajuste. Após isso, houve pressão direta da governadora Celina Leão (PP) para que a solução fosse encontrada.

A Semob não comentou oficialmente o reajuste, mas ontem liberou os primeiros 12 veículos após cadastro, vistoria e licenciamento. Eles começam a operar em quatro linhas que saem da Rodoviária do Plano Piloto e atendem, juntas, cerca de 25 mil passageiros por dia. A pasta informou que a liberação será progressiva até atingir a totalidade da frota.

A operação dos ônibus elétricos ocorre em meio ao debate sobre o prazo das concessões, estruturadas em blocos de 10 + 10 anos e com término previsto para 2033.



TONY OLIVEIRA/AGÊNCIA BRASÍLIA

A operação do espaço é responsabilidade do Senac-DF

Com 300 mil visitas, Casa de Chá faz dois anos

A Casa de Chá completa hoje (25) dois anos como café-escola do Senac-DF e alcança 300 mil visitantes desde a reabertura, consolidando o espaço como referência gastronômica e de formação profissional na Praça dos Três Poderes. Para marcar a data, o cardápio ‘Sabores do Brasil, Raízes do Cerrado’ valoriza ingredientes regionais e amplia a vivência prática dos alunos em cozinha, atendimento e confeitaria.

O menu inclui pratos com umbu, cajá, castanhas brasileiras, maxixe e pequi, além de opção vegana com shitake tostado e vinagrete de feijão-fradinho. A confeitaria apresenta itens como o ‘Florescer de Ipê’, que combina bolo de laranja Bahia, creme de pequi e crumble de açafrão. O espaço também passa a oferecer novos sanduíches e um especial diário criado pelo chef.

Pesquisa mede consumo de São João na Rodoviária

Passageiros que circulam pela Rodoviária do Plano Piloto devem gastar, em média, R\$ 322 com alimentos e roupas típicas para o Dia de São João, segundo levantamento da RZK Digital. A pesquisa, realizada com 1.107 usuários da rede WiFi gratuita dos terminais, aponta potencial de consumo de R\$ 358 milhões para a data.

Entre os itens mais procurados estão salgadinhos como amendoim, milho e pipoca (30%), seguidos por doces como paçoca, pamonha e arroz-doce (29%) e roupas, acessórios caipiras e decoração (16%). O estudo mostra ainda que 41% dos entrevistados preferem comprar em lojas físicas, enquanto 26% optam por comércio online; aplicativos de delivery, aplicativos de loja e shopping centers registraram 9% cada. A RZK Digital, que opera painéis de mídia em terminais urbanos e reúne mais de 900 telas, afirma que os dados reforçam o potencial comercial do público que utiliza o transporte coletivo e circula diariamente pelo principal terminal do DF.

Festival do Japão 2026 neste fim de semana

A 14ª edição do Festival do Japão Brasília será realizada de 26 a 28 de junho de 2026, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em celebração ao Dia da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pela Federação das Associações Nipobrasileiras do Centro-Oeste, o evento integra o calendário oficial do DF e reunirá atrações tradicionais, cultura pop e espaços de torcida para Brasil e Japão durante a Copa do Mundo FIFA. A programação inclui cerimônias como o Kagami Wari e apresentações de artistas nikkeis, entre eles Takeshi Nishinura, Angelaísa Toyota, Joe Hirata e Sayuri Hirata. Grupos de dança Odori e Matsuri Dance, tambores, shamisen e o Odori de Okinawa também compõem o roteiro. O festival sediará o concurso Miss Nikkey DF e trará desfiles de Moda Harajuku. O Palco de Cultura Pop receberá Kpop, trilhas de animes e o Concurso Cosplay. Oficinas de origami, bonsai, ikebana, shodô, sumiê, cerâmica e furoshiki estarão distribuídas pelo pavilhão.



Derrubada de vetos foi criticada pelos deputados que votaram contra o texto

GDF sanciona lei que autoriza aporte de R\$ 6,6 bilhões ao BRB

Projeto de Lei foi aprovado na CLDF pelos deputados no dia 9 de junho

Por Isabel Dourado

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), sancionou com vetos, nesta quarta-feira (24), a lei que autoriza o empréstimo de R\$ 6,6 bilhões para socorrer o Banco de Brasília (BRB), nos termos do acordo fechado com o Supremo Tribunal Federal (STF), no final de maio. O Banco enfrenta uma crise de liquidez após as operações com o banco Master, de Daniel Vorcaro.

Foram retirados artigos, como o que previa que o BRB deveria ressarcir o DF dos valores aportados. Também foram vetados artigos que estabeleçam que o DF deveria preservar, no mínimo, 52% das ações com direito a voto da instituição, condição que garantia o controle acionário majoritário pelo GDF.

Além disso, foi vetado o dispositivo que determinava que o GDF deveria apresentar à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), antes da contratação da operação de crédito, as condições previstas no contrato, como taxas de juros, prazo de pagamento e período de carência.

Outro trecho derrubado foi o artigo que permitia a realização de concursos públicos e recomposição do salário de servidores. O artigo diverge do

acordo fechado entre o GDF e o STF, que restringe novos gastos até que o empréstimo seja quitado e que o DF recupere a capacidade de pagamento. A derrubada dos vetos foi criticada pelos deputados distritais que votaram contra a aprovação do projeto na CLDF, em 9 de junho.

Pelo texto sancionado, o empréstimo ao governo do DF será feito junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), com garantia de fiança oferecida por sindicato de bancos e contragarantia oferecida pelas verbas do Distrito Federal do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem que haja aval da União.

Os repasses do FPE e do FPM são transferências feitas pela União a estados, municípios e ao Distrito Federal. Na prática, são o “oxigênio financeiro” que mantém prefeituras e governos estaduais funcionando. Esses recursos recebidos pelo GDF deverão ser usados como contragarantia ao empréstimo.

Pelos termos homologados, o STF autorizou a contratação da operação de crédito em valor equivalente a até 16% da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução 43/2001 do Senado.